



11ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS & 8º Simpósio de Pós-Graduação

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR DE JACUTINGA-MG

Luiz Felipe Bairral FONSECA¹

RESUMO

Este trabalho consiste em apresentar a pesquisa realizada com professores de ciências e biologia que ministram aulas para alunos com necessidades educativas especiais nas escolas públicas da cidade de Jacutinga – MG. Verifica-se que o que se tem colocado em discussão é a ausência, já na graduação, de formação especializada dos educadores para trabalhar com estes alunos, o que é um agravante na implantação das políticas públicas de inclusão. Atentando a isso levantou-se alguns questionamentos. Em função do conhecimento prévio do pesquisador, levantou-se a hipótese de que a maioria dos professores não teve, na graduação, uma formação que levasse em consideração estes estudantes. Ao examinar os resultados, observou-se que a hipótese não se confirma. Encerramos este estudo discutindo a realidade do professor que atua nessas escolas, o quão aprofundada foi a sua formação e a possibilidade destes considerarem a escola regular como um espaço inclusivo.

Palavras-chave: Ciências; inclusão; censo escolar; educação inclusiva; ensino regular.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos principais alicerces da vida social, ela transmite e amplia a cultura social constituída, estende a cidadania e constrói saberes, mais que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana (BRASIL, 2008).

Em todo mundo, durante muito tempo, o DIFERENTE foi colocado à margem da educação; o aluno com necessidades educativas especiais, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo formal geral, ainda ligada a padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada em relação à organização e provisão de serviços educacionais.

Segundo Barros (2017) a partir da Declaração de Salamanca, 1994, da qual o Brasil é um dos signatários, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos, abordando desde os pressupostos teóricos político-filosóficos até formas de implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Sabe-se que os fundamentos da inclusão escolar se centralizam numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, cada vez mais tem sido

¹ Discente em Ciências Biológicas, Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
E-mail: luiz.fonseca@ufu.br.

reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe regular, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, firmada em Jomtien, na Tailândia em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca, Espanha em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. A partir da Declaração de Salamanca, fundamentou-se a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que dedica um capítulo para abordar e normatizar o acesso dos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Observa-se que o que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo. Atentando a isso, o presente projeto teve os objetivos de verificar se os professores da educação regular têm formação necessária para atender estes alunos com necessidades especiais; e analisar se os professores têm conhecimento das normativas existentes que garante o acesso destes alunos ao ensino regular.

Levando em consideração a formação da grande maioria dos que atuam nas escolas da cidade é esperado notar que a grande maioria não teve na graduação uma formação que levasse em consideração estes estudantes. Segundo Araujo et al. (2010), muitos profissionais acreditam que apenas os cursos de formação continuada ou de extensão são necessários para atender estes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma análise documental a partir do censo escolar disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para categorizar a cidade e a partir desta um gráfico apontando os principais resultados levantados.

Após essa primeira fase entrevistas foram feitas com os professores das escolas em que estão matriculados estudantes com necessidades educativas especiais no ensino fundamental.

Esta entrevista que foi semiestruturada teve como base um questionário onde foi abordado aspectos como a formação, o conhecimento acerca das leis/normativas da inclusão destes estudantes, e principalmente as práticas de inclusão deste professor.

Foram analisadas nove escolas municipais e estaduais, onde encontram-se matriculados 3.530 alunos. Deste universo, 26 alunos possuem necessidades educativas especiais. Nestas escolas atuam oito professores de ciências e biologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após fazer uma análise dos dados fornecidos pelo Censo escolar, pode-se notar que a cidade de Jacutinga -MG possui aproximadamente 3530 alunos matriculados no ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertados pelas nove escolas públicas, deste universo apenas 26 são alunos com necessidades educativas especiais, um número pequeno em comparação com o universo total de matriculados na rede.

Após observar onde estes alunos estavam inseridos, foi o momento de ir à escola conversar com o professor de ciências/biologia destes alunos. Nas nove escolas da rede, existem oito professores que ministram a referida disciplina. Ao categorizar estes profissionais conseguimos observar que grande parte estudou em instituições de ensino superior da região.

Cinco dos oito professores apontaram que tiveram disciplinas de educação inclusiva durante a graduação ou especialização, entretanto afirmam também que a mesma é insuficiente para a realidade escolar que vivenciam.

Alguns professores apontaram que para cada aluno utilizam um tipo de metodologia, pois cada um tem uma necessidade. O professor 3 aponta que um atendimento individual, um material diferenciado e um sistema de avaliação diferente o auxiliam em sala: “ O atendimento individual, o material diferenciado que o sistema de ensino contratado pela prefeitura oferece e um sistema de avaliação diferenciado tendo como foco o desenvolvimento de competências e não o olhar na deficiência auxiliam muito na inclusão dos meus alunos”.

Um dado levantado durante o questionário é de que apenas o professor 3 possui mestrado/especialização na área de educação inclusiva. Este foi o único que realmente utilizou as metodologias apresentadas na graduação dentro das escolas onde leciona.

Todos os oito afirmaram que conhecem as leis e diretrizes da inclusão e apontaram principalmente a LDB e o Guia Especial de Educação Inclusiva do Estado de Minas Gerais, entretanto quando questionados sobre a Declaração de Salamanca, a cartilha do Viver Sem Limites e outras normativas municipais de inclusão destes alunos, apenas dois professores afirmaram que já ouviram falar sobre, mas não sabiam o real conteúdo dos mesmos.

Ao retomar a hipótese do presente trabalho, era esperado notar que a maioria dos professores de ciências/biologia das escolas analisadas não tivessem cursado disciplinas de educação inclusiva durante a graduação, o que foi refutado nos nossos resultados, pois, a maioria respondeu no questionário que teve disciplinas de educação inclusiva na graduação. Apesar disso, estes docentes apontaram que não foi o suficiente para desenvolver plenamente o trabalho em sala.

4. CONCLUSÕES

Percebemos que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva. Demonstra-se, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades educativas especiais, quanto dos demais.

Sabe-se que este estudo não se encerra aqui, pois há necessidade de mais pesquisas na busca de novas inquietações e respostas aos questionamentos quanto às práticas pedagógicas dos professores do ensino regular junto aos alunos com necessidades educativas especiais, e a parceria desses profissionais com os dos serviços da educação especial.

A inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que a sociedade seja acessível e que dela todas as pessoas possam participar, em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. As ações de cada indivíduo, das instituições e dos órgãos públicos, devem ser pensadas e executadas no sentido de divulgar os direitos, a legislação e programar ações que garantam o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos. Sabe-se que mudar o contexto rapidamente é impossível.

Ao desejar uma sociedade acessível e se empenhar pela sua construção não pode significar o impedimento de acesso das pessoas com deficiência aos serviços atualmente oferecidos, pelo contrário, deve-se manter o olhar no ideal, mas os pés na realidade. A inclusão envolve mudanças em todas as pessoas e é um trabalho longo e desafiador. Igualdade de oportunidades é um desejo de muitas pessoas para um futuro, que esperamos, seja breve.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcos Vinícius de et al. Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 405-416, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BARROS, Maria Cláudia Meira Santos et al. Educação Inclusiva: possibilidades e desafios. **10º Encontro Internacional da Formação de Professores**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.1-13, mar. 2017

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educ ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 5 mai. 2018.